



GUIA DE CURSO

DIREITO



LAUREATE
INTERNATIONAL
UNIVERSITIES®

UniRitter
Laureate International Universities®

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS

O Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter agrega, em sua memória identitária, o compromisso com a educação de qualidade e a inovação como traços que marcaram sua origem. Sua trajetória teve início em 1971, com a fundação da Faculdade de Direito no município de Canoas/RS.

O UniRitter oferece cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, mestrado e doutorado. O Centro Universitário conta com quatro campi, sendo três em Porto Alegre/RS e um em Canoas/RS.

O Centro Universitário Ritter dos Reis tem como **missão**: “Expandir a experiência acadêmica aliada à responsabilidade socioambiental, formando pessoas para transformar o mundo”.

Ser reconhecida pela educação transformadora de qualidade, aliando oportunidade, inovação, internacionalidade e responsabilidade social, constitui sua **visão**.

Como **valores** preconiza a: (a) Qualidade acadêmica; (b) Compromisso com a responsabilidade social; (c) Respeito aos mais altos padrões de ética; (d) Sustentabilidade social, ambiental e econômica; (e) Inclusão e acessibilidade.

Constituem **diferenciais institucionais**: (a) Qualidade acadêmica; (b) Campus experience; (c) Infraestrutura; (d) Corpo docente; (e) Inclusão e acessibilidade.

Em novembro de 2010, foi anunciada a celebração de uma aliança estratégica com a Laureate International Universities, maior rede de instituições de ensino superior privada no mundo, com mais de 850 mil alunos matriculados em mais de 25 instituições e 150 campi localizados em diversos países, com o objetivo de manter o alto nível de ensino e dos serviços já oferecidos.

O UniRitter passou a ofertar a sua comunidade importantes diferenciais, que estão na essência da Rede Laureate como, por exemplo, a possibilidade de seus estudantes e professores realizarem atividades de intercâmbio nos países em que a Rede está presente. A internacionalização passa, então, a ser parte do cotidiano do UniRitter, essencial para o mercado de trabalho globalizado.

Ao longo de seus 45 anos de existência, o UniRitter investiu na formação das bibliotecas, no avanço tecnológico dos laboratórios de informática e nos demais laboratórios específicos de cursos. Dessa forma, constata-se que o seu crescimento quantitativo em relação ao número de cursos ofertados foi acompanhado, qualitativamente, pela construção de espaços e ambientes destinados ao ensino, à pesquisa, à extensão e à pós-graduação.

Em sua trajetória a Instituição pautou a abertura de seus cursos por estudos acerca do mercado de trabalho e das necessidades educacionais de Porto Alegre, Canoas e Região Metropolitana de Porto Alegre, formada por 32 municípios, de forma a assegurar a adequada inserção regional do UniRitter, cumprindo, assim, com seu compromisso para com as comunidades onde atua.

SOBRE O CURSO

O Curso de Direito prepara o aluno para os reais desafios da profissão, por meio de um programa de ensino completo e inovador. Com uma moderna arquitetura curricular (que integra a teoria e a prática, bem como conteúdos atualizados e adaptados constantemente às necessidades do mercado jurídico), distribuídas ao longo de 10 semestres, os alunos são capacitados, em disciplinas de Estágio de Prática Supervisionada, desde o terceiro semestre, a elaborar peças processuais com base em situações concretas, fazer pesquisas na doutrina e na jurisprudência, examinar e acompanhar processos, participar de atividades forenses e, especificamente, audiências.

Assim, durante os estudos, o acadêmico conhece, entre outros, os conceitos de ciências políticas, filosofia, ética, psicologia jurídica, direitos humanos, direito da família, processo penal, responsabilidade civil, organização do estado. Deve-se destacar que todas as atividades são organizadas e conduzidas por um corpo docente de excelência, formado por juristas de renome, doutores, mestres, membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, advogados e especialistas nas áreas em que lecionam. E estes professores fazem uso de metodologias ativas, buscando maior interação com os discentes e aulas cada vez mais dialógicas.

Junto ao Núcleo de Prática Jurídica ainda funcionam Clínicas, que se constituem em espaços para práticas reais e simuladas. Elas também compõem a estrutura curricular, promovendo a conexão entre a comunidade acadêmica e a sociedade civil do entorno através do desenvolvimento de projetos na área dos Direitos Humanos e dos Negócios.

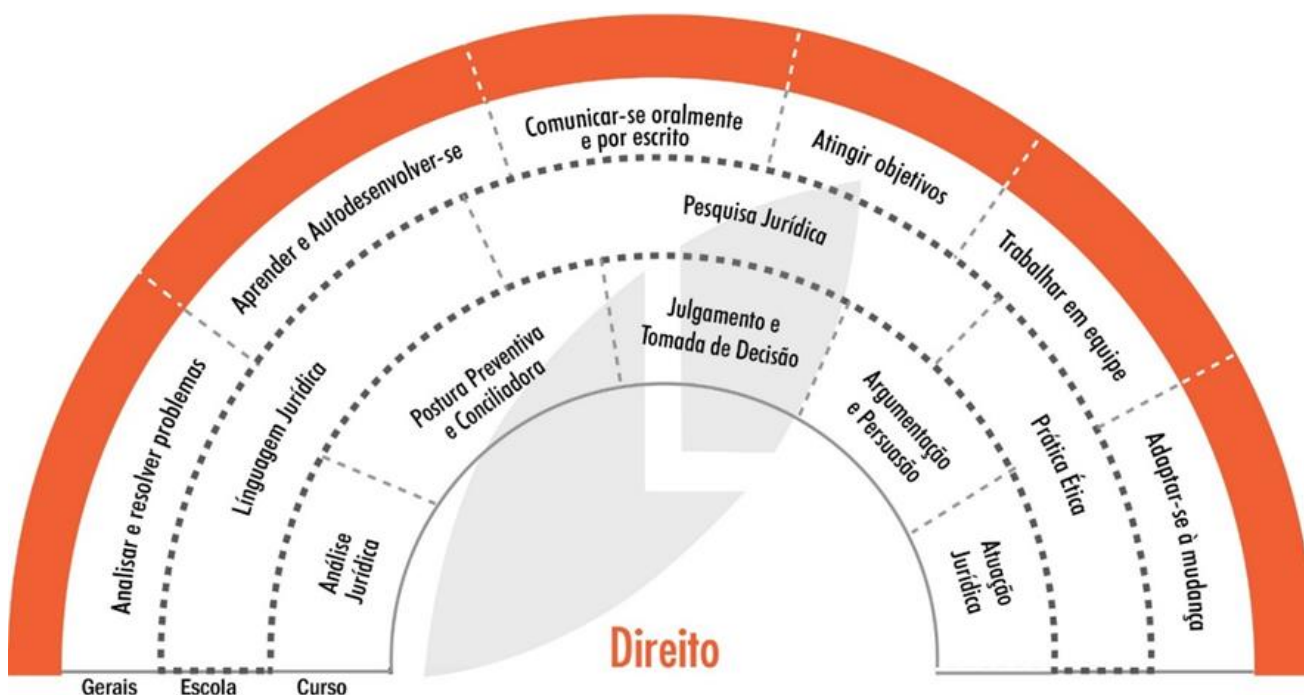
Por fim, cabe lembrar que, devido à participação da IES na rede de ensino Laureate International Universities, a internacionalidade torna-se outra característica marcante do curso, com possibilidade de intercâmbio, do corpo docente e discente, em mais de 80 instituições acadêmicas de países da América, Europa e Ásia.

OBJETIVO GERAL DO CURSO

O bacharel em Direito tem como missão zelar pela harmonia, estabilidade social e segurança jurídica nas relações entre as pessoas. Para tanto, o profissional precisa estar habilitado a advogar ou a exercer as outras profissões atinentes ao bacharel em Direito. Necessita, pois, dominar os fundamentos dos campos do Direito e possuir valores pertinentes aos cidadãos que contribuem para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, de um país pautado na cidadania, dignidade da pessoa humana, trabalho, livre iniciativa, pluralismo político, bem como na prevalência dos direitos humanos, igualdade entre os Estados e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Assim, o objetivo do curso é formar profissionais competentes, conscientes e éticos, que atendam às demandas de um mercado em constante movimento e crescimento.

COMPETÊNCIAS DA ÁREA DE CONHECIMENTO E DO CURSO



PÚBLICO ALVO

O curso se destina a pessoas interessadas em desenvolver, ampliar ou formalizar competências e habilidades na área do Direito. O mercado tem se comportado de maneira positiva na absorção de egressos do curso, que podem ocupar posições de trabalho nos setores público e privado, como magistrados, promotores públicos, defensores públicos, procuradores do estado, policiais e advogados, entre outros.

Ao fim da formação, o estudante deverá ter desenvolvido as seguintes competências/habilidades, conforme disposto no artigo 4º da Resolução CNE/CES N° 9, de 2004:

I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

II - interpretação e aplicação do Direito;

III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

VII - julgamento e tomada de decisões;

VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

DISCIPLINAS E EMENTÁRIO

CIÊNCIA POLÍTICA E FUNDAMENTOS DE DIREITO ELEITORAL

A disciplina trata dos fundamentos da Política e da Democracia, com destaque para a evolução do pensamento político, da separação dos poderes e da Teoria do Estado. Aborda, ainda, os fundamentos do Direito Eleitoral.

DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A disciplina trata das noções gerais do Direito Administrativo, conceito e fontes do regime jurídico da administração pública direta e indireta, isto é, agentes públicos, atos e fatos administrativos e o processo administrativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO - BENS PÚBLICOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

A disciplina trata das noções gerais do Direito Administrativo, com especial destaque para o tratamento jurídico dos bens públicos, das licitações, dos contratos e dos serviços públicos, abordando, ainda, a atuação do Estado na ordem econômica e na propriedade privada e sua responsabilidade extracontratual.

DIREITO CIVIL - PARTE GERAL

Enfoca o estudo da teoria geral do Direito Civil. Aborda os conceitos de relação jurídica e seus sujeitos, fatos, atos e negócios jurídicos. Trata, também, dos institutos da prescrição e da decadência. Tudo isso é feito a partir de uma perspectiva constitucionalmente adequada (constitucionalização do direito privado).

DIREITO CIVIL APLICADO - FAMÍLIA E SUCESSÕES

A disciplina tem como objeto o estudo da evolução histórica dos direitos de família sucessório, em especial após a Constituição Federal de 1988. Aborda questões de direito matrimonial e convivencial, relações de parentesco, filiação, abertura e formas de sucessão, transmissão de herança, rito comum das ações de família e procedimentos do inventário e da partilha judicial e extrajudicial.

DIREITO CIVIL APLICADO - OBRIGAÇÕES E PROPRIEDADE CIVIL

Estuda as relações obrigacionais, suas bases históricas, conceituais e dogmáticas. Aborda o inadimplemento da obrigação, os vícios redibitórios e a evicção, as modalidades de obrigação, a execução, o adimplemento e a extinção das obrigações, a responsabilidade civil contratual e extracontratual, objetiva e subjetiva, e as excludentes de responsabilidade.

DIREITO CIVIL APLICADO - REAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

Estuda as relações de titularidade a luz de interpretação constitucional. Aborda a relação existente entre direitos reais e pessoais, posse e propriedade e as respectivas ações possessórias e petitorias, bem como o fracionamento dos poderes da propriedade em direitos reais de aquisição, garantia e uso, gozo e fruição, além dos efeitos e atributos da propriedade intelectual.

DIREITO CIVIL APLICADO - TEORIA DO CONTRATO

A disciplina enfoca a teoria geral dos contratos. Aborda a formação do contrato, classificação, efeitos, evicção e vícios, bem como os procedimentos decorrentes. Analisa a extinção da relação contratual e examina as espécies de contratos civis e mercantis.

DIREITO CONSTITUCIONAL

A disciplina trata das bases do Direito Constitucional Positivo, com destaque para a estrutura e função dos Poderes do Estado, das funções essenciais à justiça e da organização da ordem econômica e social.

DIREITO EMPRESARIAL - TEORIA DA EMPRESA

A disciplina devota-se ao estudo das sociedades empresariais dentro de um contexto jurídico sistêmico, percebendo a atividade empresarial como um elemento fundamental no desenvolvimento do Estado Democrático de Direito, mormente em seu viés econômico.

DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

Trata de elementos acerca da falência, suas características, pressupostos e procedimentos, bem como acerca do falido, quais as consequências pessoais, patrimoniais e empresariais. Para, além disso, também aborda a classificação dos créditos e os procedimentos de recuperação judicial e extrajudicial.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

Percorre a História do Direito do Trabalho, sua teoria geral e princípios gerais e constitucionais. Conceitua as relações de trabalho e emprego, o contrato de trabalho e especiais e as questões relativas à remuneração, jornada de trabalho, alteração do contrato e garantia de emprego. Aborda, ainda: terceirização, cooperativas, formas de cessação da relação empregatícia e prescrição.

DIREITO PENAL - CULPABILIDADE E PENAS

A disciplina reflete sobre a teoria do crime, com foco na culpabilidade. Identifica os principais marcos histórico-políticos relacionados às garantias constitucionais. Desenvolve o espírito crítico e enfatiza os principais institutos da culpabilidade e da imputabilidade e suas relações com a teoria do crime e aplicação da pena. Aborda o processo de aplicação das sanções penais e suas modalidades.

DIREITO PENAL - SOCIOLOGIA E TEORIA DO CRIME

A disciplina aborda os mecanismos e instituições que geram mudanças sociais, relacionando-os com as bases sociológico-jurídicas, bem como sobre conceito de crime, a principiologia penal e a teoria da lei penal a partir de um enfoque constitucional, desenvolvendo o espírito crítico sobre a sua aplicação. Aborda, ainda, a teoria do delito, especialmente a tipicidade e a antijuridicidade.

DIREITO PENAL APLICADO - CRIMES EM ESPÉCIE E RITOS PENAIS APLICADOS

Aborda diversos institutos penais e processuais de forma encadeada e crítico-reflexiva, compreendendo a sua subordinação aos princípios constitucionais: procedimentos comuns ordinário, sumário, sumaríssimo e especiais que envolvem o Tribunal do Júri, drogas, crimes contra a honra, cometidos por funcionário público, violência doméstica e contra a mulher e, ainda, processo eletrônico.

DIREITO PENAL APLICADO - DEMAIS CRIMES EM ESPÉCIE, RECURSOS E AÇÕES AUTONOMAS DE IMPUGNAÇÃO

A disciplina aborda o direito à liberdade e procedimentos de recursos e ações autônomas correlatos, bem como nulidades processuais e apuração de crimes no direito econômico (organizações criminosas, lavagem de dinheiro, licitatórios, contra a ordem tributária, o sistema financeiro, a administração pública), além do terrorismo, da colaboração premiada, compliance e lei anticorrupção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÕES

A disciplina aborda a tutela jurisdicional executiva cível, a partir da relação entre cognição e execução. Trata da teoria geral da execução, dos títulos executivos, da responsabilidade patrimonial, dos meios executivos típicos e atípicos e dos procedimentos executivos. Aborda, ainda, a liquidação e o cumprimento de sentença e as defesas do executado na execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PROCESSO DE CONHECIMENTO

A disciplina aborda o procedimento comum do processo de conhecimento de natureza cível, em primeiro grau de jurisdição: a petição inicial, a audiência de conciliação ou sessão de mediação, a defesa, a fase de saneamento, a fase instrutória, a sentença e a coisa julgada. Aborda, ainda, as tutelas provisórias de urgência e de evidência: distinções; requisitos; procedimentos e efetivação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS

A disciplina aborda a fase recursal na esfera cível, iniciando pelos pronunciamentos jurisdicionais e aprofundando a teoria geral dos recursos e recursos em espécie. Aborda, ainda, o microsistema da tutela de causas repetitivas, os precedentes judiciais vinculantes e a ação rescisória.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

A disciplina aborda aspectos relativos ao direito processual do trabalho, no que tange à organização e competência da Justiça do Trabalho, princípios, dissídios individuais e coletivos, procedimentos nos dissídios individuais trabalhistas desde a petição inicial, sistema recursal e execução, ação rescisória e ações civis admitidas no processo trabalhista.

DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO E EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

A disciplina versa sobre o rito processual penal na perspectiva constitucional, desde a investigação preliminar e passando pela ação penal até a coisa julgada, com destaque para: a competência, a teoria da prova, o concurso de crimes e de pessoas, os impedimentos, os prazos, as causas de extinção da punibilidade, as decisões judiciais e a coisa julgada.

DIREITO PROTETIVO, COLETIVO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

A disciplina aborda a segurança e a saúde do trabalhador, o direito coletivo do trabalho a partir dos princípios, organização sindical, negociação coletiva e formas de composição dos conflitos e o direito de greve. Trata, ainda, da previdência social, do sistema nacional de seguridade social, do contencioso administrativo e procedimento judicial quanto ao tempo de serviço, benefícios e custeio.

DIREITO TRIBUTÁRIO - TEORIA DO DIREITO

Dedica-se ao estudo do tratamento jurídico do tributo em sua dimensão constitucional e infraconstitucional, tendo como ponto de partida a análise do conceito de tributo e suas espécies, o estudo da relação tributária e seus reflexos nas demais dimensões do Direito.

ESTÁGIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA - CIVIL E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

A disciplina aborda práticas simuladas de natureza cível, além de práticas reais de atendimento a assistidos e elaboração de peças processuais, com acompanhamento de atos extrajudiciais e de processos nos tribunais. Aborda, ainda, as tecnologias da informação necessárias à utilização das ferramentas virtuais para atuação e acompanhamento de demandas judiciais nos foros e tribunais.

ESTÁGIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA - PLANEJAMENTO EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIO

A disciplina aborda a prática de direito empresarial e direito tributário, com atividades simuladas de peças processuais e outros atos jurídicos relacionados a essas áreas de conhecimento. Proporciona, também, a prática real, com atendimento aos assistidos e acompanhamento de atos judiciais e extrajudiciais.

ESTÁGIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA - FAMÍLIA

A disciplina implementa uma abordagem prática dos procedimentos processuais de família, com atividades práticas simuladas para elaboração de peças processuais e outros atos jurídicos relacionados a esta área de conhecimento. Proporciona, também, a prática real, com atendimento de assistidos e acompanhamento de atos judiciais e extrajudiciais, de audiências e sessões de julgamento.

ESTÁGIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA - MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Aborda a teoria geral do conflito e os diferentes modelos de solução, considerando as variáveis psicológicas que afetam o indivíduo e os grupos. Aborda, também, a crise na jurisdição e a mudança de paradigma na solução de litígios, proporcionando prática em negociação, conciliação, mediação e arbitragem.

ESTÁGIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA - PENAL

A disciplina aborda a prática simulada de atos processuais do processo penal: denúncia, resposta escrita à acusação, pedidos de liberdade e restituição de coisas apreendidas, memoriais escritos, sentença, recursos e ações autônomas de impugnação, além de audiências e sessões de julgamento. Proporciona, por meio de convênios, o acompanhamento de casos reais, com elaboração de peças processuais.

ESTÁGIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA - TRABALHO

A disciplina aborda a prática simulada de atos processuais relacionados ao direito do trabalho. Proporciona, também, a prática real, com atendimento de assistidos, elaboração de peças processuais e acompanhamento de atos judiciais, de audiências e sessões de julgamento.

ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

A disciplina busca o desenvolvimento de conhecimentos de ética geral e profissional a partir do enfrentamento de situações problema de ordem prática pelo processo de tomada de decisão e da reflexão da relevância de uma conduta profissional pautada pelo respeito ao indivíduo, à ética e às necessidades sociais em meio ao âmbito específico do Direito.

FILOSOFIA DO DIREITO E DIREITOS HUMANOS

A disciplina trata do estudo crítico do Direito, visando a estimular o estudante a exercitar a investigação permanente do fenômeno jurídico e indagar sobre a justiça, a cidadania e os direitos humanos, abordando as relações étnico-raciais globais inerentes aos direitos das minorias, no âmbito de temas como a dignidade da pessoa humana, a discriminação, a intolerância e o racismo.

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO PENAL

Versa sobre o processo de execução criminal e o cumprimento da pena, levando-se em consideração os mecanismos formais de controle social e os fins da pena. Propõe, ainda, um exame constitucional da lei de execução penal, analisando a estrutura de seus procedimentos gerais, com os respectivos elementos, princípios, direitos e deveres do apenado, bem como seus conceitos elementares.

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A disciplina trata da Teoria da Constituição em perspectiva evolutiva, partindo do conceito e classificação de Constituição, do poder constituinte, com destaque para a Teoria dos Direitos Fundamentais e a Hermenêutica Constitucional no Controle de Constitucionalidade.

TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO

A disciplina aborda o estudo conceitual e crítico das principais teorias normativas do Direito, além de abordar a historicidade do estudo jurídico, desde as formações civilizatórias do período arcaico às formações sócio históricas ocidentais contemporâneas.

TEORIA DO PROCESSO

Aborda os institutos fundamentais do Processo Civil, a partir do estudo dos princípios constitucionais. Os pilares estruturantes da Teoria do Processo: jurisdição, ação e processo - com atenção ao modelo multiparta de justiça e meios integrados de solução de conflitos, competência, sujeitos do processo, auxiliares de justiça, atos, prazos, nulidades e o negócio jurídico processual.

TUTELAS COLETIVAS DE CONSUMO E MEIO AMBIENTE

A disciplina aborda a tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos com foco no direito do consumidor e no direito ambiental, seus princípios, regras específicas e aspectos relacionados à responsabilidade civil consumerista e ambiental, bem como as normas fundamentais da tutela jurisdicional coletiva.

DIREITO PENAL APLICADO - CRIMES EM ESPÉCIE E OS RITOS PENAIS

Aborda diversos institutos penais e processuais de forma encadeada e crítico-reflexiva, compreendendo a sua subordinação aos princípios constitucionais: procedimentos comuns ordinário, sumário, sumaríssimo e especiais que envolvem o Tribunal do Júri, drogas, crimes contra a honra, cometidos por funcionário público, violência doméstica e contra a mulher e, ainda, processo eletrônico.

DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL

Estuda as relações obrigacionais, suas bases históricas, conceituais e dogmáticas. Aborda o inadimplemento da obrigação, os vícios redibitórios e a evicção, as modalidades de obrigação, os atos unilaterais, a execução, o adimplemento e a extinção das obrigações, a responsabilidade civil contratual e extracontratual, objetiva e subjetiva, e as excludentes de responsabilidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO - TEORIA DO TRIBUTO

A disciplina tem como objeto de estudo o tratamento jurídico do tributo em sua dimensão constitucional e infraconstitucional, tendo como ponto de partida a análise do conceito de tributo e suas espécies, o estudo da relação tributária e seus reflexos nas demais dimensões do Direito.

CLÍNICA DE DIREITO DOS NEGÓCIOS

Espaço de práticas reais e simuladas relacionadas a atividade empresarial e negocial. A Clínica promove ao menos dois dentre os seguintes projetos: I – prestação de assistência jurídica individual; II – prestação de serviços para constituição de empresas, alteração societária, elaboração e revisão de contratos; III – consultoria a empresas; IV – elaboração e propositura de projetos de lei.

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS

Práticas reais e simuladas relacionadas à consolidação e promoção dos direitos humanos. Conectando a comunidade acadêmica à sociedade civil do entorno realiza a assistência jurídica individual e coletiva, presta consultoria a movimentos ou organizações de promoção de direitos humanos, elabora e propõe projetos de lei envolvendo a matéria.

SISTEMAS JURÍDICOS INTERNACIONAIS

It studies the legal systems of different groups of nations all over the world. We can encompass countries by their legal internal system. It compares the legal systems of countries, specially between the Brazilian one and others. It studies the system by groups of countries which have similar legal systems. It allows the understanding of the different systems in the international juridical community.

TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO I

A disciplina aborda os principais conteúdos teóricos dos seguintes ramos da ciência do Direito: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito Penal e Direito Administrativo, a partir da doutrina, legislação e jurisprudência uniforme dos Tribunais Superiores.

TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II

A disciplina aborda os principais conteúdos teóricos dos seguintes ramos da ciência do Direito: Direito Processual Civil e Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Deontologia e Ética Profissional, a partir da doutrina, legislação e jurisprudência uniforme dos Tribunais Superiores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - TEORIA GERAL DO PROCESSO

Aborda os institutos fundamentais do Processo Civil, à luz dos princípios constitucionais. Analisa os pilares estruturantes da Teoria do Processo: jurisdição, ação e processo, competência, sujeitos do processo, auxiliares de justiça, atos, prazos, nulidades e o negócio jurídico processual. Enfoca o papel do Processo Civil como fonte subsidiária do Direito Processual Penal e Processual Trabalhista.

FREQUÊNCIA

A avaliação do desempenho escolar, além do aproveitamento, abrange aspectos de frequência. A Instituição adota como critério para aprovação a frequência mínima de 75% da carga horária total da disciplina. O estudante que ultrapassar esse limite está automaticamente reprovado na disciplina. Nas disciplinas e cursos a distância a frequência é apurada a partir da completude das atividades propostas no ambiente de aprendizagem e seguem o mesmo critério para aprovação.

CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS

Você, estudante, é parte integrante da comunidade acadêmica do **Centro Universitário Ritter dos Reis** e pode desfrutar de toda a infraestrutura que a Instituição oferece.

São quatro campi com instalações modernas, laboratórios de última geração, bibliotecas com acervo abundante, além de outros diferenciais.

- Campus Iguatemi - Avenida João Wallig, 1800, Passo d'Areia - Porto Alegre/RS
- Campus Zona Sul - Rua Orfanotrópio, 555, Alto Teresópolis - Porto Alegre/RS
- Campus FAPA - Av. Manoel Elias, 2001, Passo das Pedras - Porto Alegre/RS
- Campus Canoas - Rua Santos Dumont, 888, Niterói - Canoas/RS.